

1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia") controlada direta e indiretamente (por meio da Baumhardt Comércio e Participações Ltda.) pela Seara Alimentos Ltda., localizada no Estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes, é líder nacional da produção e comercialização de patês em bisnagas, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o estado do Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

a. Acordo de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e seus impactos nas demonstrações contábeis

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento das investigações em torno de eventos contrários à lei.

Em junho de 2017, a J&F, celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017.

No Acordo a J&F compromete-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação autoria dos atos irregulares cometidos e confessados. Adicionalmente, a J&F comprometeu-se a reparar danos e prejuízos decorrentes dos fatos relacionados no âmbito dos Acordos de Colaboração Premiada, mediante o pagamento de R\$10,3 bilhões ao longo dos próximos 25 anos, sendo R\$50 milhões em 5 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, nos termos e condições estabelecidos no Acordo de Leniência. Em 29 de novembro de 2017, a Companhia celebrou o termo de adesão ao Acordo de Leniência, visando ao melhor interesse, resguardando-as dos impactos financeiros do Acordo de Leniência integralmente assumidos pela J&F, podendo a Companhia assumir eventuais custos relacionados às investigações em curso.

A JBS e suas controladas estão cumprindo as diretrizes estabelecidas no Acordo e estão implementando um programa de integridade, constituído de políticas internas e procedimentos relacionados a integridade e anticorrupção, bem como o aperfeiçoamento do código de conduta, implementação de canal de denúncias, treinamento de pessoal, procedimentos de investigação e medidas disciplinares. Tais medidas e o seu respectivo cronograma, encontram-se em sintonia com as disposições do Acordo.

a.1 Investigações internas

A condução de uma investigação interna acerca dos fatos relacionados à JBS relatados nos acordos de colaboração premiada é uma das obrigações impostas no Acordo. Nesse sentido, a J&F contratou, em favor da JBS e suas controladas escritório de advocacia independente e especialistas em perícia forense ("Assessores Legais"), os quais iniciaram no terceiro trimestre do ano de 2017 uma investigação interna independente relacionada aos fatos antes mencionados.

Ainda conforme determinação imposta pelo Acordo, foi constituído Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") cuja função primordial, dentre outras, consiste em aprovar a contratação dos Assessores Legais, passando estes a responder diretamente ao Comitê, inclusive no que diz respeito a seu escopo e planos de trabalho.

As investigações internas independentes seguem as melhores práticas internacionais e continuam em andamento. A Administração da Companhia com base nos procedimentos analíticos por ela adotados até o presente momento, não tem conhecimento de impactos relevantes em suas demonstrações contábeis. Não foram identificados eventos para estas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2018.

a.2 Programa de Compliance

Em dezembro de 2018, o Grupo JBS encerrou o primeiro ciclo de treinamentos sobre o novo Código de Conduta e Ética Global. Foram treinados mais de cento e dez mil colaboradores, no Brasil e no exterior, em temas como práticas anticorrupção, assédio moral, conflito de interesses e vazamento de informações confidenciais.

Além disso, consolidou o modelo de análise reputacional de terceiros de risco, tendo sido analisados mais de oitocentos fornecedores ao longo do ano. Destes, em torno de 12% foram reprovados pelo time de compliance. Para 2019, melhorias no software utilizado serão realizadas, visando aumentar o volume de análises.

2 Base de elaboração e apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Exceto pelas novas normas IFRS 15 e IFRS 9 descritas na nota explicativa 3 item t, não houve alterações nas políticas, estimativas contábeis e métodos de cálculo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em relação às demonstrações contábeis anuais levantadas em 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

c) Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2019.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebido ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

Nas demonstrações do resultado a receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, de abatimentos e dos descontos. Na nota explicativa 19 apresentamos a conciliação da receita operacional líquida.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas esperadas, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estima de créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

f) Estoques

De acordo com IAS 2/CPC 16 (R1) - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

g) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando a estimativa da vida útil econômica dos respectivos componentes. As vidas úteis estimadas de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 11.

h) Intangível

É composto por softwares adquiridos por terceiros registrados de acordo com o IAS 38/CPC 4 (R1) - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

i) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data dos balanços.

j) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos ou variações cambiais.

k) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 14.

l) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

m) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis não estão provisionados, porém estão divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não estão provisionados nem divulgados.

o) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

p) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são apenas as "Aplicações financeiras".

Empréstimos concedidos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O principal ativo que a Companhia possui classificado nesta categoria é "Contas a receber".

Passivos financeiros pelo custo amortizado A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros, incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros pelo custo amortizado: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débitos com Companhias ligadas e outras contas a pagar.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidos no resultado.

q) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

r) Demonstrações dos fluxos caixa

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo destas demonstrações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no IAS 7/ CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstração do valor adicionado

A Companhia inclui na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual não é requerida pelas IFRS, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiamentos, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

t) Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia adotou o IFRS 9 / CPC 48 como base para reconhecimento, desreconhecimento, classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Também ocorreram alterações no método de mensuração de expectativa de perda esperada em ativos financeiros, que deixa de ser realizada com base em perda histórica passando a ser realizada a partir da análise de dados históricos e a expectativa de perda futura.

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge). O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na Classificação e Mensuração de ativos Financeiros está descrito abaixo.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como Mensurado: a custo amortizado; Valor justo de outros resultados abrangentes: instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou Valor justo através do resultado. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de evolução.

Riscos de perdas em outros ativos financeiros são monitorados periodicamente pela Companhia que não identificou um risco de crédito desses ativos em 31 de dezembro de 2018.

IFRS 15 - Receita de Contrato com clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia adotou o IFRS 15 / CPC 47. A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perda de valor.

A Companhia avaliou a nova norma e não identificou impactos relevantes em suas informações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos bens não são complexas, sendo feita na medida em que a responsabilidade é transferida ao beneficiário.

Ademais, a Companhia já adotava a prática reconhecer as vendas líquidas de bonificações de forma que a receita represente o valor efetivo gerado na operação, com base nas condições estabelecidas com os clientes.

Novos pronunciamentos contábeis do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC

IFRS 16 - Arrendamento mercantil

A Companhia adotará este pronunciamento a partir de 01 de janeiro de 2019. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes.

Durante o exercício de 2018 a Empresa estabeleceu critérios uniformes e consistentes para interpretação e avaliação do potencial impacto deste pronunciamento IFRS nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos do contratante (arrendatário), independente da forma jurídica dada aos contratos ou mesmo da nomenclatura atribuída às operações.

Com a efetiva adoção do IFRS 16 a partir do início do exercício de 2019, as informações atribuídas ao novo pronunciamento objetivam e proporcionam apresentar nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas os impactos que os contratos com ativos identificáveis (ou contratos de arrendamento mercantil) produzirão sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e sobre os fluxos de caixa da Empresa, bem como uma nova perspectiva na gestão financeira e operacional dos contratos com ativos identificáveis.

i Reconhecimento e mensuração

A Empresa reconhecerá novos ativos e passivos para seus contratos com direito de uso de ativos identificáveis (arrendamentos operacionais) relacionados a: plantas operacionais, instalações industriais, terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos, armazenamento, equipamentos de informática, veículos, móveis, entre outros. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos será alterada e passará a ser registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil além de haver o reconhecimento da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento mercantil.

Até 31 de dezembro de 2018 estas despesas foram registradas mensalmente em contas de despesas com características de arrendamento operacional durante o prazo contratual do arrendamento operacional, e os passivos foram reconhecidos mensalmente de acordo com o uso do ativo identificável e/ou prestação de serviços, bem como foram registrados os respectivos pagamentos efetivos dos arrendamentos.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da Empresa estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

ii. Critérios utilizados adotados para a transição

A Empresa aplicará o IFRS 16/CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o direito de uso do ativo arrendamento mercantil ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente anterior à data da aplicação inicial.

Na adoção inicial será aplicado o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento mercantil na transição. Isso significa que a Empresa aplicará o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS17 e a ICP 03/IFRIC 4.

Não serão realizados quaisquer ajustes na transição para arrendamentos mercantis os quais os ativos subjacentes são de baixo valor e/ou de curto prazo.

iii. Arrendamentos financeiros

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros na Empresa.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.18	31.12.17
Caixa e bancos	5.043	9.026
CDB	19.257	5.225
	24.300	14.251

As aplicações financeiras possuem vencimento original de até 90 dias a contar da data da contratação, não estão sujeitas a risco significativo de alteração de valor e são em média remunerados a 100,50% da variação do CDI. A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31.12.18	31.12.17
Duplicatas a vencer	19.875	20.863
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	578	455
De 31 a 60 dias	17	30
De 61 a 90 dias	6	11
Acima de 90 dias	353	523
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(353)	(523)
	601	496
	20.476	21.359

Conforme IFRS 9 CPC 48 - Instrumento Financeiro, segue a movimentação da PECLD:

	31.12.18	31.12.17
Saldo inicial	(523)	(447)
(Adições) / Reversões	(62)	(278)
Baixas	232	202
Saldo final	(353)	(523)

6 Estoques

	31.12.18	31.12.17
Mercadorias e produtos acabados	4.965	3.413
Matéria-prima e embalagens	2.681	2.224
Almoxarifado	1.976	1.656
	9.622	7.293

Em decorrência da característica dos estoques perecíveis, e de rápido giro, não são identificadas necessidades de provisão para perdas nos estoques.

7 Impostos a recuperar

	31.12.18	31.12.17
ICMS	716	938
INSS	436	436
IRRF	7	8
PIS e COFINS	-	6
	1.159	1.388
Desmembramento:		
Ativo circulante	630	748
Ativo não circulante	529	640
	1.159	1.388

8 Outros ativos circulantes

	31.12.18	31.12.17
Contas a receber de seguradora	-	5.567
Outros	33	49
	33	5.616

Durante o mês de abril de 2017, um incêndio consumiu o estoque de produtos prontos em terceiros, no operador logístico situado em Nova Santa Rita/RS, e os efeitos foram contabilizados no segundo trimestre de 2017. A seguradora realizou o pagamento do montante em junho de 2018.

9 Impostos de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota do imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes da tributação	14.843	14.019	14.843	14.019
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	3.711	3.505	1.336	1.262
(Adições) exclusões permanentes	309	197	235	175
(Adições) exclusões temporárias	1.219	2.009	1.219	2.009
Base imposto - sem prejuízos fiscal de anos anteriores	16.371	16.225	16.297	16.203
Prejuízo fiscal (Limitado 30% da base de cálculo do imposto no exercício)	-	(840)	-	(1.343)
Base imposto	16.371	15.385	16.297	14.860
Alíquota - 9%	-	-	1.467	1.337
Alíquota - 10%	1.613	1.508	-	-
Alíquota - 15%	2.456	2.308	-	-
Dedução PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Lei Rouanet e outros	(329)	(200)	-	-
Imposto a pagar	3.740	3.616	1.467	1.337
Imposto pago/compensado	(3.604)	(3.528)	(1.332)	(1.271)
Saldo de imposto a pagar (a recuperar)	136	88	135	66
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.207)	(4.953)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	415	355		
	(4.792)	(4.598)		
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	32,28%	32,80%		

b) Composição dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31.12.18	31.12.17
ATIVO	1.914	1.605
Provisão para contingência	517	262
Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa	10	40
PLR - Participação dos Lucros e Resultados	632	619
Faturamento não entregue	120	19
Outros	635	665
PASSIVO	(167)	(272)
Ajuste da depreciação	(167)	(272)
Total Líquido	1.747	1.333

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem. Não existem prejuízos fiscais acumulados a serem constituídos diferidos.

10 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

	31.12.18		31.12.17		2018		2017	
	Clientes	Fornecedores	Clientes	Fornecedores	Compras de mercadorias ⁽¹⁾	Receitas de vendas ⁽²⁾	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Agrícola Jandelle S.A.	-	-	-	26	618	-	922	-
JBS Aves Ltda	-	2.341	296	1.996	23.004	4.857	5.940	1.914
JBS S.A.	-	-	-	-	24	-	30	-
Seara Comércio Alimentos Ltda	-	556	-	-	1.376	-	432	-
Seara Alimentos Ltda	587	6.031	5	6.880	64.305	1.445	74.831	221
	587	8.928	301	8.902	89.327	6.302	82.155	2.135

⁽¹⁾ Aumento das compras de produtos acabados e matérias primas fornecidos pelas unidades do Grupo, visando oportunidades, sempre que esta situação se apresentar e o pronto atendimento de acordo com as demandas com clientes.

⁽²⁾ Aumento no volume de vendas na Operação de Fatiados e na produção de salsichas Gourmet Seara.

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de compra da Companhia com empresas ligadas, a preços e condições semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia comprou R\$89.327 (R\$82.155 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) de matérias-primas e mercadorias das empresas ligadas. Apesar das compras com partes relacionadas serem significativas, a Companhia não apresenta dependência econômica do grupo uma vez que tem total condições de manter a continuidade de suas operações e com resultados semelhantes mesmo em um cenário em que não houvesse compras de partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esse administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31.12.18		31.12.17	
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	5	1.508	6	1.212
	5	1.508	6	1.212

De acordo com o IAS 24/CPC 05 (R1) - Apresentação de Parte Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho regido pela CLT ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração como base em ações.

11 Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.18	31.12.17
Terrenos	*	7	-	7	7
Imóveis	7 a 50 anos	10.315	(3.311)	7.004	5.276
Máquinas e equipamentos	5 a 20 anos	31.134	(13.746)	17.388	16.482
Instalações	5 a 15 anos	2.702	(1.404)	1.298	848
Móveis e utensílios	5 a 15 anos	559	(168)	391	169
Equipamentos de informática	2 a 7 anos	846	(570)	276	228
Veículos	2 a 7 anos	484	(452)	32	103
Obras em andamento ⁽¹⁾	*	3.928	-	3.928	4.889
		49.975	(19.651)	30.324	28.002

A Administração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018, obtendo entendimento sobre a adequação das taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado que estão sendo aplicadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração não identificou evidências de alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

⁽¹⁾ O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação da unidade, visando a maior produtividade e a segurança no processo produtivo. Quando a obra é concluída e inicia a operação destes ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir deste momento a depreciação dos bens.

b) Movimentação do ativo imobilizado

	31.12.17	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	31.12.18
Terrenos	7	-	-	-	7
Imóveis	5.276	2.062	-	(334)	7.004
Máquinas e equipamentos	16.482	3.833	(311)	(2.616)	17.388
Instalações	848	617	-	(167)	1.298
Móveis e utensílios	169	261	-	(39)	391
Equipamentos de informática	228	145	(1)	(96)	276
Veículos	103	-	(35)	(36)	32
Obras em andamento	4.889	(961)	-	-	3.928
	28.002	5.957	(347)	(3.288)	30.324

Depreciação

A depreciação e a amortização do exercício soma um montante de R\$3.321 que foi reconhecido: R\$3.203 como custo dos produtos vendidos e R\$118 como despesas operacionais.

Bens adquiridos por Leasing

A Companhia possui registrado no seu ativo imobilizado o montante de R\$28 como veículos (R\$64 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), os quais foram adquiridos na modalidade de leasing, sendo deste montante R\$28 estão alienados como garantia da operação.

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

A Companhia revisa periodicamente as vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima de seu valor recuperável.

12 Intangível

	Vida útil dos ativos intangíveis	Líquido	
		31.12.18	31.12.17
Softwares	2 a 7 anos	54	77
		54	77

Movimentação do intangível:

	31.12.17	Adição	Amortização	31.12.18
Softwares	77	10	(33)	54
	77	10	(33)	54

13 Fornecedores

	31.12.18	31.12.17
Materials e serviços	19.236	17.502
	19.236	17.502

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante		Não Circulante	
					Líquido			
					31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Em moeda nacional								
Finame	6,00% a.a.	R\$	Tx Fixa	2018-20	191	192	16	205
					191	192	16	205

Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Finame

Forma de pagamento do financiamento em 54 parcelas mensais e sucessivas, calculadas através do Sistema de Amortização Constante - SAC, com período de carência de 6 meses e o vencimento da última parcela em janeiro de 2020. O FINAME está garantido por aval da diretoria.

Maturidade contratual dos empréstimos e financiamentos:

Vencimento	31.12.18	31.12.17
2019		190
2020	16	15
	16	205

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais dos empréstimos e financiamentos e não tem nenhum tipo de Covenants em seus contratos devido ao fato de que todos os contratos possuem garantias reais dos bens financiados, avais ou notas promissórias.

15 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

Obrigações trabalhistas e sociais são compostas conforme abaixo:

	31.12.18	31.12.17
Salários e encargos sociais	3.370	3.234
Provisões para férias, 13º salário e encargos	2.070	1.777
IRRF a recolher	272	184
PIS e COFINS a recolher	720	702
ICMS a recolher	2.228	3.466
Parcelamentos fiscais (REFIS IV)	3.233	3.662
Outros	479	217
	12.372	13.242
Passivo circulante	9.288	10.006
Passivo não circulante	3.084	3.236
	12.372	13.242
Desmembramento:		
Trabalhistas	5.665	5.191
Tributárias	6.707	8.051
Estadual	2.271	3.466
Federal	4.436	4.585
	12.372	13.242

Parcelamentos Fiscais (REFIS IV) - Em 2009, a Companhia decidiu aderir ao programa de parcelamento de débitos tributos instituído pela Lei 11.941/2009. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$3.233 (R\$2.687 no não circulante e R\$546 no circulante) é devido em 70 parcelas mensais, com juros baseados na taxa SELIC.

16 Dividendos declarados

	31.12.18	31.12.17
Dividendos declarados	4.464	5.203
	4.464	5.203

Em 31 de dezembro de 2018 a Administração declarou dividendos mínimos obrigatórios a distribuir no valor de R\$2.387 (R\$ 2.238 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), que serão submetidos para aprovação do AGO convocada para o mês de março de 2019. A posição acionária a ser considerada para a distribuição de dividendos é a posição observada na presente data, sendo certo que, aprovado pela AGO, serão contempladas 5.222.222 (cinco milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e duas) ações, sendo 2.846.929 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e novecentas e vinte e nove) ações ordinárias e 2.375.293 (dois milhões, trezentas e setenta e cinco mil e duzentas e noventa e três) ações preferenciais, resultado em uma distribuição de R\$0,43717 por ação ordinária e R\$0,48088 por ação preferencial, a título de dividendos. Os dividendos declarados, foram pagos no montante de R\$ 3.125 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 550 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), sem correção monetária, através do Banco Itaú S.A., instituição depositária das ações escriturais.

17 Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, os quais são registrados com base em seus custos iniciais determinados pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.18	31.12.17
Trabalhistas	1.367	726
Cíveis	30	-
Fiscais e previdenciários	122	44
Total	1.519	770

Movimentação das provisões

	31.12.17	Adições, baixas e mudanças de estimativas	Pagamentos	31.12.18
Trabalhistas	726	1.235	(594)	1.367
Cíveis	-	30	-	30
Fiscais e previdenciários	44	78	-	122
Total	770	1.343	(594)	1.519

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia era parte em 130 (143 em 31 de dezembro de 2017) ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$10.320 (R\$10.929 em 31 de dezembro de 2017), Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$1.367 (R\$726 em 31 de dezembro de 2017) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras, e de adicional de insalubridade. A Companhia tem ações possíveis, as quais não há provisão no montante de R\$4.718 (R\$8.182 em 31 de dezembro de 2017).

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$1.784 (R\$1.662 em 31 de dezembro de 2017).

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2.017 estava representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 por ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais tem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios apurados conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Retenção de lucros

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

19 Receita operacional líquida

	2018	2017
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos e mercadorias	231.597	216.570
	231.597	216.570
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(10.005)	(12.103)
Impostos sobre as vendas	(47.725)	(41.417)
	(57.730)	(53.520)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	173.867	163.050

20 Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Juros Passivos	(256)	(407)
Juros Ativos	842	724
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(366)	(324)
	220	(7)

	2018	2017
Receita financeira	842	724
Despesa financeira	(622)	(731)
	220	(7)

21 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico		
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de total de ações conforme demonstrado abaixo:		
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	10.051	9.421
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	2.847	2.847
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil	2.375	2.375
Total de ações em circulação - Lote de mil	5.222	5.222
Lucro básico por ação - R\$	1,9247	1,8040

Diluído

A Companhia não apresentou o cálculo do lucro por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.

22 Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza e sua respectiva classificação por função:

Classificação por natureza	2018	2017
Depreciação e amortização	(3.321)	(3.048)
Despesas com pessoal	(30.643)	(28.198)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(121.651)	(115.016)
Outros	(3.709)	(4.258)

Classificação por função	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	(128.361)	(120.349)
Despesas com vendas	(26.432)	(25.074)
Despesas gerais e administrativas	(4.531)	(5.097)

23 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. A Companhia possui os seguintes reportáveis: processados resfriados e congelados.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração. O lucro por segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em valores de mercado.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	2018	2017
Processados resfriados	135.069	128.995
Processados congelados	38.798	34.055
	<u>173.867</u>	<u>163.050</u>

Depreciação apresentada por linha de produto:

	2018	2017
Processados resfriados	2.580	2.448
Processados congelados	741	600
	<u>3.321</u>	<u>3.048</u>

Total de ativos por segmento:

	31.12.18	31.12.17
Processados resfriados	69.615	64.164
Processados congelados	19.996	16.939
	<u>89.611</u>	<u>81.103</u>

Total de receitas e despesas financeiras por segmento:

	2018	2017
Processados resfriados	42	(10)
Processados congelados	12	3
	<u>220</u>	<u>(7)</u>

Total de lucro divulgado por segmento:

	2018	2017
Processados resfriados	8.216	7.622
Processados congelados	1.835	1.799
	<u>10.051</u>	<u>9.421</u>

Receitas líquidas apresentadas por área geográfica:

	2018	2017
Rio Grande do Sul	134.562	124.690
Santa Catarina	27.042	24.420
Paraná	9.864	10.844
Outros	2.400	3.096
	<u>173.867</u>	<u>163.050</u>

Depreciação apresentadas por área geográfica:

	2018	2017
Rio Grande do Sul	2.570	2.331
Santa Catarina	517	456
Paraná	188	203
Outros	46	58
	<u>3.321</u>	<u>3.048</u>

Total de ativos por área geográfica:

	31.12.18	31.12.17
Rio Grande do Sul	69.353	62.022
Santa Catarina	13.937	12.147
Paraná	5.084	5.394
Outros	1.236	1.540
	89.611	81.103

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros e o limite máximo de cobertura em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$150 milhões.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, de crédito de liquidez. Tais exposições são controladas, seguindo diretrizes traçadas pela Administração na Política de Gestão de Riscos.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da Companhia se concentram em canais de grandes redes, auto serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	31.12.18	31.12.17
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.300	14.251
Contas a receber de clientes	5	20.476	21.359
		44.776	35.610

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

		31.12.18				
	Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Justo
Fornecedores	13	19.236	-	-	-	19.236
Empréstimos e financiamentos	14	191	16	-	-	207
Dividendos declarados	16	4.464	-	-	-	4.464
Valor Justo		23.891	16	-	-	23.907

		31.12.17				
	Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Justo
Fornecedores	13	17.502	-	-	-	17.502
Empréstimos e financiamentos	14	192	-	205	-	397
Dividendos declarados	16	5.203	-	-	-	5.203
Valor Justo		22.897	-	205	-	23.102

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, não há risco associado à variação de moedas. Dessa forma, a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade quantitativa referente a risco da exposição à variações cambiais de moedas estrangeiras.

e) Risco de taxa juros

O risco de taxas de juros é decorrente de possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos, advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas. Na data das presentes demonstrações contábeis, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Instrumentos financeiros remunerados a uma taxa fixa	31.12.18	31.12.17
Aplicações financeiras - CDB	19.257	5.225
Empréstimos e financiamentos	(207)	(397)
	19.050	4.828

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, não teria reflexo relevante no patrimônio nem no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Análise de sensibilidade taxa variável (1%)	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31.12.18	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31.12.17
	191	48

Efeito da alteração de 1% na taxa de juros sobre instrumentos financeiros de taxa variável.

f) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

g) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia ajustada em relação ao capital dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é apresentada a seguir:

	31.12.18	31.12.17
Total do Passivo Circulante e não Circulante	40.464	39.620
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(24.300)	(14.251)
(=) Dívida Líquida (A)	16.164	25.369
Total do Patrimônio Líquido (B)	49.147	41.483
Relação Dívida	0,328 _a	0,611 _a

h) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

i) Garantias prestadas e garantias recebidas

Garantias prestadas

Garantias consideradas relevantes estão descritas detalhadamente nas nota explicativa: 14 Empréstimos e financiamentos.

Garantias recebidas

A Companhia não possui garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

j) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadro abaixo:

	Notas	31.12.18	31.12.17
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras - CDB	4	19.257	5.225
Custo amortizado			
Caixa e bancos	4	5.043	9.026
Contas a receber de clientes	5	20.476	21.359
Total		44.776	35.610
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores	13	19.236	17.502
Empréstimos e financiamentos	14	207	397
Dividendos declarados	16	4.464	5.203
Total		23.907	23.102

k) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

De acordo com IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia do valor justo

	Valor contábil em 31.12.18		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros			
Aplicações financeiras - CDB	-	19.257	-

Valor contábil em 31.12.17		
Nível 1	Nível 2	Nível 3

Ativos e passivos financeiros

Aplicações financeiras - CDB

5.225

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Notas	31.12.18		31.12.17	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	5.043	5.043	9.026	9.026
Aplicações financeiras - CDB	4	19.257	19.257	5.225	5.225
Contas a receber de clientes	5	20.476	20.476	21.359	21.359
Ativos financeiros totais		44.776	44.776	35.610	35.610
Fornecedores	13	(19.236)	(19.236)	(17.502)	(17.502)
Empréstimos e financiamentos	14	(207)	(207)	(397)	(397)
Dividendos declarados	16	(4.464)	(4.464)	(5.203)	(5.203)
Passivos financeiros totais		(23.907)	(23.907)	(23.102)	(23.102)
		20.869	20.869	12.508	12.508

DIRETORIA EXECUTIVA

Wesley Mendonça Batista Filho
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ivo José Dreher
Diretor Administrativo e Financeiro

Cleuber Lopes Mantana
Contador CRC 1SP 235555/O9

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joanita Maria Maestri Karoleski
Conselheiro

Gilberto Tomazoni
Conselheiro

Ivo José Dreher
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal revisou o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa revisão compreendeu: a) análise das demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos de revisão realizados pelos auditores externos; e c) indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Relatório de Revisão do Auditor Independente, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o relatório da Administração e as demonstrações contábeis acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas.

Santa Cruz do Sul-RS, 21 de fevereiro de 2019.

Adrian Lima da Hora
Presidente do Conselho

Demetrius Nichele Macei
Conselheiro

Rafael de Souza Morsch
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Santa Cruz do Sul-RS, 21 de fevereiro de 2019.

Wesley Mendonça Batista Filho
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ivo José Dreher
Diretor Administrativo e Financeiro

* * * * *